

Ao Presidente da CAPES

Aos Pró Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades Públicas

Vimos por meio deste apresentar um conjunto de preocupações relativas à definição de metodologia para distribuição de recursos de custeio dos Programas de Pós-Graduação.

Após recebermos as informações sobre a metodologia em questão, fizemos uma análise das condições específicas dos programas de Pós-graduação em Educação que enviamos em anexo a este ofício (documento elaborado pelo Prof. Dr. João Batista Carvalho – Universidade do Estado do Ceará). Frente ao tamanho, especificidade e complexidade da área ponderamos que:

1) O teto a partir da mediana do número dos alunos por programa desconsidera a especificidade das áreas, em especial a de educação, que tem programas com perfis muito distintos em termos de número de alunos.

2) A área da educação é uma área em expansão. Entre 2010 e 2015 a matrícula de doutorado cresceu em 48% e no mestrado cresceu 20%, em sintonia com o que se encontra estabelecido no PNPG. Ao mesmo tempo, as metas aprovadas no Plano Nacional de Educação, além da expansão pretendida para todo o sistema de pós-graduação, estabelecem para os programas de educação o desafio de qualificar um grande contingente de profissionais da educação básica.

3) A definição de prioridades entre as áreas para distribuição de recursos significou uma diminuição da participação dos recursos da área de ciências humanas de 15% do total em 2015, para 5% do total de 2016.

4) A decisão de utilizar a mediana do número de alunos do conjunto do sistema nacional de pós-graduação pode induzir a constituição de um determinado modelo de programas; o que pode ser inadequado para várias áreas. Uma medida de fomento que induz a uma conformação dos programas que não foi discutida com a comunidade acadêmica sem que se saiba as consequências ou a pertinência em termos de impacto na estrutura e funcionamento das universidades e áreas de conhecimento, merece ser revista.

Destacamos a importância dos recursos de custeio no âmbito dos programas e entendemos que dar transparência e objetividade aos critérios de financiamento é altamente relevante, porém o compromisso que o país deve ter com a valorização e qualificação da educação pública exige que a área de educação, também na pós-graduação, tenha um tratamento equânime que propicie fortalecimento do conjunto da educação nacional. Frente a estes elementos, solicitamos a retomada do debate sobre a metodologia de distribuição de recursos de custeio dos programas de pós-graduação, com participação das sociedades científicas. Ademais, parece-nos coerente com a importância atribuída à Educação no PNPG que os programas da área passem à prioridade 1 nos critérios de distribuição de recursos da CAPES.



Diretoria da ANPED

Andrea Barbosa Gouveia - Presidenta



Coordenação do FORPRED

José Gonçalves Gondra - Coordenador